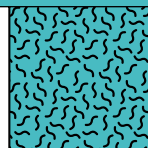




ENTREVISTA



**“Nenhum
dos países
conseguiu
internalizar
a riqueza
da floresta
em pé”**

COM **Fabíola Zerbini**

POR **Marília Marasciulo**

Fabíola Zerbini, diretora executiva de uma organização que apoia negócios comunitários sustentáveis, explica a importância de atividades que geram renda mantendo a floresta preservada. E apresenta uma nova ferramenta para catalogar essas iniciativas

As práticas agroextrativistas, agroecológicas e agro-florestais, hoje reunidas sob o nome de sociobioeconomia, existem há séculos na Amazônia. Conduzidas por povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, elas combinam geração de renda e conservação da biodiversidade. O termo começou a ganhar espaço há cerca de uma década, mas essas atividades ainda aparecem pouco nas estatísticas econômicas e nas políticas públicas.

Lançada em julho, a Plataforma Desafio Pan-Amazônia busca preencher essa lacuna. Coordenada pela Conexsus, organização que apoia negócios comunitários sustentáveis, a ferramenta reúne dados de 3.203 negócios comunitários no Brasil, na Colômbia, no Equador, na Guiana, no Peru e no Suriname. A base também mapeou 211 regulações, 96 atores financeiros, 15 cadeias produtivas e 375 organizações ligadas à sociobioeconomia.

“Politicamente e, do ponto de vista macroeconômico, sociobioeconomia é invisível”, diz Zerbini em entrevista à GALILEU. Segundo a especialista, a ausência nos indicadores dificulta a criação de políticas de incentivo e o acesso dos negócios comunitários a crédito e investimentos. “Ela precisa ser incentivada do zero”, acrescenta.

A agenda ganhou projeção em 2025, durante a COP30, conferência climática das Nações Unidas realizada em Belém. Na ocasião, a Conexsus liderou o lançamento da Declaração do Sul Global pela Sociobioeconomia como Solução Climática, assinada por 64 organizações de 24 países. “Nós acreditamos que a sociobioeconomia é uma solução climática e queremos defendê-la como tal”, afirma.

A seguir, Zerbini explica como essa economia funciona, o que representa para os territórios amazônicos e quais obstáculos ainda impedem seu crescimento.

O QUE DIFERENCIA UMA ATIVIDADE DE SOCIOBIOECONOMIA DE UM NEGÓCIO CONVENCIONAL QUE EXPLORA RECURSOS DA AMAZÔNIA?

A sociobioeconomia define uma forma de fazer economia. O “bio” [*do nome*] indica práticas que seguem alguns cuidados e critérios relacionados à sustentabilidade. Pode ser a conservação da bio-

diversidade, dos recursos hídricos e do solo. Por exemplo, agroflorestas, processos agroecológicos, agricultura regenerativa, agroextrativismo sustentável, como a extração de borracha e açaí, ou manejo florestal comunitário sustentável.



**FABÍOLA
ZERBINI**

é advogada e doutora em Ciência Ambiental e Política pela USP. É diretora executiva da Conexsus, organização que faz a ponte entre iniciativas de negócios sustentáveis e o mercado

O lado “sócio”, que é muito importante, diz respeito a quem faz e como faz. Estamos falando de povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e todo o universo de agricultores familiares. Só no Brasil, esse contingente soma quase 20 milhões de pessoas. São negócios comunitários, economias que às vezes estão na informalidade, lideradas por essas comunidades e esses povos. No final, esses negócios produzem, vendem e beneficiam produtos. São atores econômicos como quaisquer outros, vivendo toda a dimensão do que significa ser um ator econômico na sociedade brasileira.

HÁ QUANTO TEMPO A SOCIOBIOECONOMIA COMEÇOU A GANHAR ESPAÇO COMO ESTRATÉGIA ECONÔMICA PARA A AMAZÔNIA?

A sociobioeconomia, do ponto de vista de práticas agroextrativistas, agroecológicas e agroflorestais realizadas por comunidades tradicionais e indígenas, ela existe há séculos.

Como agenda, é mais recente. As primeiras políticas de promoção das cadeias da sociobiodiversidade começaram entre 2003 e 2005. Também havia políticas de economia solidária com princípios ambientais nessa época. O uso do nome “sociobioeconomia” é mais recente. Podemos dizer que começamos a usar esse termo há cerca de dez anos. É uma estante nova para livros velhos.

O QUE ESSES NEGÓCIOS REPRESENTAM PARA AS ECONOMIAS LOCAIS?

Para alguns territórios, eles são cruciais. Podemos olhar para o Marajó, onde o açaí é muito comum. A Conexsus atua como agente de crédito e auxilia famílias e cooperativas a acessar financiamento rural voltado à agricultura familiar. Em um dos projetos, o microcrédito era de R\$ 4 mil por família. Com o crédito e a assistência técnica da Embrapa para melhorar o manejo do açaí, conseguimos triplicar a produção por hectare.

Outro exemplo é o arranjo da borracha, que chamamos de arranjo comercial e financeiro. A metodologia reúne negócios comunitários de determinada cadeia e território com um grande comprador, neste caso, a Michelin. A Conexsus também opera linhas próprias, chamadas de crédito de proximi-

dade, finanças de proximidade ou crédito educativo. Nosso objetivo não é obter lucro com as operações, mas ajudar a movimentar essa economia. O contrato de compra da Michelin funciona como garantia, e emprestamos dinheiro para que os negócios comunitários tenham capital de giro para fornecer à empresa.

Isso ampliou muito a produção. Algumas cooperativas triplicaram sua produção. São exemplos do impacto da sociobioeconomia em um território, como no Marajó, ou em uma cadeia produtiva, como a da borracha.

E O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE ESSES NEGÓCIOS GANHEM ESCALA?

É preciso combinar assessoria para a gestão dos negócios, acesso ao mercado e crédito adequado. Existem mecanismos, fundos e linhas de crédito rural voltadas à agricultura familiar que podem atender esse público, mas as condições precisam ser adaptadas às suas características. Não estamos falando de tratar essas pessoas como beneficiárias de recursos a fundo perdido, e sim de um projeto de desenvolvimento econômico. O setor de papel e celulose recebeu subsídios e foi fomentado seguindo a mesma lógica. Com assistência técnica,

acesso ao mercado e financiamento adequado, os negócios comunitários podem crescer como qualquer outro ator econômico.

QUAL É O OBJETIVO DA PLATAFORMA DESAFIO PAN-AMAZÔNIA E QUE LACUNA ELA TENTA PREENCHER?

A plataforma parte da defesa da sociobioeconomia como modelo de desenvolvimento econômico. Para isso, precisamos mostrar, com dados, que ela já existe, quais negócios e cadeias movimenta, quais políticas públicas incidem sobre ela e quem investe nessas atividades. Quando a Conexsus nasceu, uma de suas primeiras iniciativas foi o Desafio Brasil da Sociobioeconomia. Na época, foram levantados cerca de 1.050 negócios comunitários. A análise de quem produzia e das dificuldades e facilidades encontradas por esses negócios orien-

“Existem bionegócios que conservam e restauram [...]. É uma diferença que o governo não enxerga”

Fabíola Zerbini, sobre o potencial de negócios com foco em preservação ambiental

tou as soluções desenvolvidas pela Conexsus. A organização nasceu desse diagnóstico. Quando resolvemos expandir para a Pan-Amazônia, partimos da mesma proposta e quisemos tornar esse conhecimento acessível à sociedade. A plataforma reúne essas informações em uma base pan-amazônica que pode orientar decisões de governos, organizações não governamentais e redes, como a Rede Pan-Amazônica pela Bioeconomia, sobre como avançar com a sociobioeconomia nos países e na região de forma integrada.

A PLATAFORMA JÁ IDENTIFICOU 3.203 NEGÓCIOS COMUNITÁRIOS EM SEIS PAÍSES. O QUE ESSE LEVANTAMENTO REVELA SOBRE A SOCIOBIOECONOMIA AMAZÔNICA?

Primeiro, conseguimos compartilhar entre seis países um conjunto de princípios para definir o que é um bionegócio. Isso é inédito. Identificamos uma base comum e passamos a falar uma linguagem comum, o que ajuda a compor uma agenda regional que até então não existia.

Também percebemos que a sociobioeconomia é mais disseminada do que imaginávamos. Essa base é viva e deve aumentar. Apesar disso, ela permanece invisível do ponto de vista político e macro-

econômico, porque não aparece nos índices e nas referências que os países usam para tomar decisões financeiras e criar mecanismos de fomento. Se você não consegue enxergá-la, não consegue fomentá-la. Esse levantamento é um pontapé inicial para que os países incorporem a sociobioeconomia às suas métricas, taxonomias e índices.

COMO ESSA INVISIBILIDADE SE REFLETE NAS ESTATÍSTICAS?

A matriz insumo-produto, que registra as relações de produção e consumo no Brasil, tem um único código para produtos florestais. Ela não diferencia o produto que provoca desmatamento daquele que contribui para a conservação. Ao mostrar que existem bionegócios que conservam, restauram e adotam práticas sustentáveis, evidenciamos uma diferença que o governo ainda não enxerga.

O mesmo ocorre em outros países. A Colômbia tem uma taxonomia ambiental avançada, mas ainda não consegue detalhar a dimensão social nem distinguir, por exemplo, um produtor de açaí em monocultura de um produtor comunitário. Essa diferença pode ter efeitos econômicos e sociais, como a redução da desigualdade e a melhoria da qualidade de vida.

A plataforma não resolve essa lacuna, mas oferece elementos para orientar decisões de governos, organizações, bancos multilaterais e instâncias internacionais, como as COPs. Ela mostra que a sociobioeconomia existe, e não é uma idealização. Esse é o começo de um trabalho que precisa avançar com a participação da academia e da sociedade pan-amazônica.

QUAL É O CUSTO DESSA INVISIBILIDADE PARA O PAÍS?

A externalidade econômica positiva dessas práticas nunca foi colocada na equação. O país gasta muito dinheiro para enfrentar problemas climáticos e hídricos provocados pelo modelo de uso da terra que incentiva, mas esses custos não entram nessa conta.

Se mudar esse padrão e começar a investir em conservação em vez de desmatamento, direta ou indiretamente, o país poderá contribuir para a disponibilidade de água e para melhores condições climáticas. Com isso, terá de gastar menos no futuro com seguro rural, prevenção de enchentes e perdas e danos. Na agenda climática, falamos em mitigação, adaptação e perdas e danos, que é

quando tudo deu errado e já precisamos gastar.

Se conservarmos a floresta, teremos menos cidades sofrendo com enchentes. Se restaurarmos as nascentes, teremos menos pessoas sofrendo com crises hídricas. É inteligente para o país, mas essa conta precisa ser mais ampla. Ela não está na mesa do Congresso nem do Executivo. Essa conta precisa ser discutida e pensada com apoio da ciência e de dados.

QUE PAPEL EVENTOS COMO A COP30 NO BRASIL TIVERAM SOBRE O RECONHECIMENTO DA SOCIOBIOECONOMIA?

A COP30 teve um papel importante ao dar mais espaço aos atores da sociobioeconomia, como os povos e comunidades tradicionais, os indígenas e os agricultores familiares. Quando eles ganham espaço, a sociobioeconomia também ganha.

“O custo de oportunidade da terra no Brasil ainda favorece o plantio da monocultura em comparação à floresta em pé”

Fabíola Zerbini, sobre a lógica de distribuição agrária no país e a sociobioeconomia

Houve ainda um movimento liderado pela Conexsus, com muitas outras organizações envolvidas, que foi a Declaração do Sul Global pela Sociobioeconomia como Solução Climática, lançada na COP. Ela teve 64 assinaturas de organizações de 24 países do Sul Global, incluindo a Indonésia, oito países da África Central e vários países da América Latina e da América Central. O movimento reforçou a defesa da sociobioeconomia como solução climática e continua ativo.

POR QUE A SOCIOBIOECONOMIA AINDA OCUPA UMA POSIÇÃO PERIFÉRICA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS?

O modelo hegemônico de uso da terra, que concentra as grandes políticas de subsídio e incentivo, ainda é baseado na monocultura, no agronegócio e na agricultura e na pecuária extensivas. Esse modelo tem valor para a balança comercial brasileira. Estou falando do Brasil, mas poderia expandir isso para outros países da Pan-Amazônia. Nenhum dos países conseguiu internalizar a riqueza da floresta em pé. O custo de oportunidade da terra no Brasil ainda favorece o plantio da monocultura em comparação com a manutenção da floresta em pé. Enquanto isso continuar e os governos não intervirem para mudar essa relação, a sociobioeconomia seguirá marginal e periférica, nadando contra a maré.

O QUE PRECISA MUDAR PARA ESSA SITUAÇÃO SER REVERTIDA?

A sociobioeconomia tem relação direta com aquilo que nossos governantes decidem e propõem. As mudanças necessárias vão desde pontos básicos da regulação, como regularização de áreas, demarcação de terras indígenas, unidades de conservação de uso sustentável e assentamentos, até as políticas de crédito rural. Há muitos anos defendemos a ampliação do acesso das cadeias da sociobiodiversidade a esse crédito. Também é necessário melhorar a remuneração dos assistentes técnicos que atuam nessas cadeias.

Outra dimensão são as compras públicas. O Programa Nacional de Alimentação Escolar é um exemplo muito bonito, mas precisa ser acompanhado por uma estrutura logística e por medidas de apoio à transição agroecológica. A classificação dessas atividades é outro ponto. Se os índices macroeconômicos do país não diferenciam a sociobioeconomia dos demais modelos, o investidor, o gestor da verba pública e o banco público não conseguem enxergá-la. É fundamental criar uma taxonomia que permita fazer essa distinção.